

## TERCEIRIZAÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO DE ARQUIVOS NA PMPR: VANTAGENS E ESTRATÉGIAS PARA UMA CONTRATAÇÃO EFICIENTE

### OUTSOURCING FILE DIGITIZATION IN PMPR: ADVANTAGES AND STRATEGIES FOR EFFICIENT HIRING

Arnaldo de Oliveira Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO:** A gestão documental na Polícia Militar do Paraná (PMPR) enfrenta desafios com o grande volume de documentos físicos, impactando a eficiência e a segurança da informação. Justifica-se a necessidade de modernização através da digitalização de arquivos, visando otimizar processos e garantir o acesso à informação. Objetiva-se analisar a viabilidade e os benefícios da terceirização da digitalização de arquivos na PMPR, buscando uma gestão documental eficiente e segura. Para tanto, procede-se à revisão bibliográfica sobre gestão documental, digitalização de arquivos e legislação correlata, bem como à análise de cases de sucesso em órgãos públicos. Desse modo, observa-se que a terceirização da digitalização de arquivos oferece vantagens como expertise técnica especializada, redução de custos operacionais, otimização de recursos, segurança da informação e conformidade legal. O que permite concluir que a terceirização da digitalização de arquivos é uma estratégia promissora para a PMPR, possibilitando a modernização da gestão documental, o foco na atividade-fim da instituição e a melhoria na prestação de serviços à sociedade.

1904

**Palavras-chave:** Digitalização de arquivos. Terceirização. Polícia Militar. Gestão documental. Modernização.

**ABSTRACT:** Document management within the Paraná Military Police (PMPR) faces challenges due to the extensive volume of physical documents, impacting information efficiency and security. This necessitates modernization through file digitization to optimize processes and ensure information access. This study analyzes the feasibility and benefits of outsourcing file digitization for the PMPR, aiming for efficient and secure document management. A literature review on document management, file digitization, and related legislation is conducted, along with an analysis of successful cases in public agencies. The findings indicate that outsourcing file digitization offers advantages such as specialized technical expertise, reduced operational costs, resource optimization, information security, and legal compliance. In conclusion, outsourcing file digitization is a promising strategy for the PMPR, enabling document management modernization, focus on the institution's core activity, and improved service delivery to society.

**Keywords:** File digitization. Outsourcing. Military Police. Document. Management. Modernization.

<sup>1</sup>Pós-Graduado em Segurança Pública- Oficial da Polícia Militar do Paraná.

## INTRODUÇÃO

A digitalização de documentos tem se tornado cada vez mais crucial na administração pública, impulsionada pela necessidade de modernização, eficiência e transparência. Na Polícia Militar do Paraná (PMPR), essa necessidade é ainda mais evidente, considerando o grande volume de documentos que a instituição gera e armazena, desde registros administrativos e operacionais até documentos de inteligência e investigações. Esse acúmulo documental, em sua maioria física, dificulta o acesso rápido à informação, compromete a segurança dos dados e onera a instituição com custos de armazenamento e manutenção.

A definição de gestão documental está definida nas diretrizes do Arquivo Nacional do Brasil (Arquivo Nacional, 2023):

A gestão documental, compreendida como um conjunto de atividades inter-relacionadas que visam garantir o controle, a organização, o acesso e a preservação de documentos, independentemente do seu formato ou suporte, é um elemento fundamental para a eficiência e a transparência da administração pública.

Assim a modernização da gestão documental, impulsionada pela digitalização de arquivos, é um processo irreversível na administração pública contemporânea, que busca acompanhar a evolução tecnológica e as demandas da sociedade por serviços mais ágeis e eficientes." (Brasil, 2012)

A PMPR, assim como outras organizações públicas, busca constantemente aprimorar seus processos e modernizar sua gestão documental.

Essa previsão é A digitalização de arquivos surge como uma solução promissora para otimizar o acesso à informação, agilizar a tomada de decisões, aumentar a segurança dos dados e reduzir custos operacionais. No entanto, a implementação da digitalização interna pode apresentar desafios técnicos, financeiros e logísticos significativos. A PMPR pode enfrentar dificuldades na aquisição de equipamentos e softwares adequados, na capacitação de pessoal para operar as novas tecnologias, na garantia da segurança da informação e na integração dos arquivos digitais com os sistemas existentes.

Diante desse cenário, a questão de pesquisa que se coloca é: qual a solução mais eficiente para a digitalização de arquivos na PMPR, considerando os desafios técnicos, financeiros e logísticos envolvidos? A hipótese central deste artigo é que a contratação de uma empresa especializada em digitalização de arquivos pode ser a solução mais

eficiente para a PMPR, oferecendo expertise técnica, tecnologias avançadas, segurança da informação e otimização de custos.

Este artigo se justifica pela relevância da temática para a modernização da gestão documental na PMPR, pela necessidade de otimizar os processos internos da instituição e pela importância de garantir o acesso à informação de forma eficiente e segura. A pesquisa busca contribuir para o aprimoramento da gestão documental na PMPR, oferecendo elementos para a tomada de decisão sobre a melhor estratégia para a digitalização de arquivos.

Dentre os objetivos estão analisar os desafios da digitalização interna de arquivos na PMPR, identificando os principais obstáculos técnicos, financeiros e logísticos, avaliar os benefícios da contratação de uma empresa especializada em digitalização de arquivos para a PMPR, considerando a expertise técnica, a tecnologia utilizada, a segurança da informação e a otimização de custos, comparar os custos e os benefícios da digitalização interna e da terceirização da digitalização de arquivos na PMPR, utilizando dados e informações de outras instituições públicas que já implementaram a digitalização, e finalmente elaborar um conjunto de recomendações para a PMPR, com base nos resultados da pesquisa, visando a implementação de uma estratégia eficiente e segura para a digitalização de arquivos.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E NORMATIVA**

A digitalização de documentos refere-se ao processo de conversão de registros físicos em arquivos eletrônicos, garantindo sua preservação, acessibilidade e segurança (PORTUGAL, 2010). Esse processo tornou-se essencial para a modernização da administração pública, reduzindo custos, otimizando o acesso à informação e promovendo a eficiência operacional (SOUZA, 2017).

Na esfera governamental, a digitalização não apenas melhora a gestão documental, mas também cumpre diretrizes legais e normativas que asseguram a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos digitais (BRASIL, 2012).

Para ser eficaz e juridicamente válida, a digitalização deve atender a três pilares fundamentais:

**Autenticidade:** O documento digitalizado deve conter mecanismos que garantam sua confiabilidade, como assinaturas digitais e metadados verificáveis (ABNT, 2020).

**Integridade:** A digitalização deve preservar o conteúdo original sem alterações indevidas, garantindo que o arquivo seja uma cópia fiel ao documento físico (BRASIL, 2020).

**Acessibilidade:** Os documentos devem ser armazenados em plataformas seguras, mas acessíveis às partes autorizadas, respeitando princípios de transparência e segurança da informação (LGPD, 2018).

Dada a complexidade desses requisitos, a contratação de empresas especializadas em digitalização se apresenta como uma alternativa eficiente para garantir que o processo atenda a todas as exigências normativas e operacionais.

A digitalização documental na administração pública brasileira é regulamentada por um arcabouço jurídico robusto, que estabelece critérios técnicos e de segurança para a conversão de arquivos físicos para o meio digital.

A Lei nº 12.682/2012 dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos digitais, estabelecendo que, para terem validade jurídica, os arquivos devem ser autenticados por certificação digital (ICP-Brasil). Assim a digitalização de documentos internos e registros operacionais só será válida se for realizada conforme os padrões técnicos estabelecidos na referida lei. Isso reforça a necessidade de um serviço profissional especializado.

Da mesma forma o Decreto nº 10.278/2020 que regulamenta a digitalização, define as diretrizes técnicas para digitalização, que são:

Formato do arquivo: deve ser PDF/A, garantindo preservação de longo prazo.

Assinatura digital obrigatória no padrão ICP-Brasil.

Uso de sistemas que garantam a integridade e rastreabilidade dos documentos.

Dessa forma, qualquer serviço terceirizado para a PMPR deve seguir rigorosamente essas normas para evitar questionamentos jurídicos e problemas de validação documental.

A lei geral de proteção de dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais em arquivos digitais, exigindo que órgãos públicos implementem políticas de segurança da informação para evitar

vazamento de dados sigilosos, o controle de acesso restrito a servidores e agentes autorizados e ainda planos de contingência para recuperação de dados em caso de incidentes.

Assim, considerando que grande parte dos arquivos físicos existentes na corporação contém dados sensíveis, como informações sobre operações, identidade de policiais e registros criminais, é essencial que o processo de digitalização seja conduzido por uma empresa que adote padrões rigorosos de segurança. A implementação de protocolos adequados garantirá a proteção e integridade das informações, minimizando riscos de vazamento de dados estratégicos e assegurando a conformidade com as normativas de segurança institucional.

Além das leis nacionais, normas técnicas garantem que a digitalização siga padrões elevados de qualidade, segurança e interoperabilidade.

A NBR ISO 15489-1:2006 é a principal norma nacional para gestão documental, definindo diretrizes para a preservação e recuperação de documentos digitais.

Outras normas relevantes incluem a ABNT NBR 27912:2020 que define requisitos técnicos para digitalização e arquivamento seguro, e a ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 que regulamenta gestão da segurança da informação.

---

1908

Empresas especializadas devem seguir essas normas para garantir a conformidade dos serviços prestados à PMPR.

Outras normas de padrões internacionais que podem ser agregadas ao processo são a ISO 30300:2011 – Diretrizes globais para gestão de documentos eletrônicos, o MoReq (Model Requirements for the Management of Electronic Records) – Padrão europeu para arquivamento digital confiável, e ainda o DoD 5015.2-STD – Norma do Departamento de Defesa dos EUA para segurança de arquivos digitais.

Essas diretrizes internacionais podem ser aplicadas na contratação de serviços terceirizados para garantir que a digitalização atenda padrões de excelência e segurança cibernética.

### **3. DESAFIOS DA DIGITALIZAÇÃO INTERNA NA PMPR**

A implementação da digitalização de arquivos de forma interna na Polícia Militar do Paraná (PMPR) pode ser um processo complexo e desafiador, especialmente considerando a estrutura e as necessidades específicas da instituição.

O primeiro desafio se refere a deficiência na infraestrutura. A PMPR pode não possuir a infraestrutura necessária para realizar a digitalização de arquivos de forma eficiente e segura. Isso pode incluir a falta de scanners profissionais de alta resolução, softwares de gestão documental adequados, servidores com capacidade de armazenamento suficiente e outros equipamentos e tecnologias essenciais para o processo.

Outra questão tem relação com a capacitação do pessoal que atua na área da tecnologia. A digitalização de arquivos exige pessoal qualificado para operar os equipamentos, utilizar os softwares, garantir a qualidade das imagens, indexar os documentos corretamente e realizar outras tarefas relacionadas ao processo. A PMPR pode enfrentar dificuldades em capacitar seus servidores para essas atividades, seja por falta de recursos financeiros ou por limitações de tempo e pessoal.

Ainda no campo dos desafios podemos elencar o risco de falhas e não conformidade, tendo em vista que a digitalização de documentos exige o cumprimento de normas técnicas e legais específicas para garantir a validade jurídica dos arquivos digitais. A PMPR pode correr o risco de cometer falhas no processo de digitalização, como a utilização de formatos de arquivos inadequados, a falta de assinatura digital ou a indexação incorreta dos documentos. Essas falhas podem comprometer a validade jurídica dos arquivos e gerar problemas para a instituição.

O alto custo operacional para implementação da digitalização é outro obstáculo. A digitalização interna de arquivos pode gerar altos custos operacionais para a PMPR, incluindo a compra e manutenção de equipamentos, a contratação e treinamento de pessoal, o consumo de energia elétrica, o espaço físico para armazenamento dos documentos digitalizados e outros gastos relacionados ao processo.

No que se refere a segurança da informação constata-se que a digitalização de arquivos aumenta a vulnerabilidade da PMPR em relação à segurança da informação, já que os documentos digitais podem ser alvos de ataques cibernéticos, vazamentos de dados e outros riscos. A instituição precisa implementar medidas de segurança robustas para proteger os arquivos digitais contra esses riscos, o que pode gerar custos adicionais e exigir expertise técnica especializada.

A implementação da digitalização de arquivos também pode enfrentar resistência por parte dos servidores da PMPR, que podem estar acostumados aos

métodos tradicionais de gestão documental e podem ter dificuldades em se adaptar às novas tecnologias e processos. A instituição precisa implementar estratégias de comunicação e treinamento para minimizar essa resistência e garantir a adesão dos servidores ao novo sistema.

A PMPR possui sistemas de gestão documental já em funcionamento, e a digitalização de arquivos pode gerar desafios na integração dos novos arquivos digitais com esses sistemas. A instituição precisa garantir que os arquivos digitalizados sejam compatíveis com os sistemas existentes e que possam ser acessados e utilizados de forma eficiente pelos servidores.

Superar esses desafios exige planejamento cuidadoso, investimento em infraestrutura e tecnologia, capacitação de pessoal, medidas de segurança da informação e estratégias de comunicação e gestão da mudança. Ao considerar a terceirização da digitalização de arquivos, a PMPR pode mitigar muitos desses desafios e garantir uma transição mais eficiente e segura para a gestão documental digital.

#### **4. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA**

1910

A digitalização de documentos é um processo essencial para a modernização administrativa, permitindo a preservação, acessibilidade e segurança das informações. No entanto, a implementação desse processo de forma interna em órgãos públicos, como a Polícia Militar do Paraná (PMPR), apresenta desafios significativos, incluindo altos custos operacionais, necessidade de infraestrutura adequada e requisitos técnicos rigorosos para garantir a validade jurídica dos documentos digitalizados.

Diante desses desafios, a contratação de uma empresa especializada surge como a solução mais eficiente e segura, garantindo que a digitalização atenda aos padrões legais e técnicos exigidos. Abaixo, são discutidos os principais benefícios dessa abordagem.

A digitalização eficiente exige conhecimento técnico especializado, pois envolve a aplicação de normas específicas de arquivamento eletrônico, segurança da informação e certificação digital (ABNT, 2020). Empresas especializadas possuem profissionais capacitados, equipamentos de última geração e metodologias que garantem:

Conversão fiel dos documentos físicos em arquivos digitais, preservando sua autenticidade.

Uso de padrões internacionais de qualidade, como ISO 15489 e MoReq2, assegurando que os documentos sejam armazenados corretamente e possam ser facilmente recuperados.

Indexação e organização eficaz dos documentos para otimizar a busca e recuperação de informações.

Assim a contratação de uma empresa experiente evita falhas operacionais e assegura que os documentos digitalizados sejam aceitos em processos administrativos e judiciais, garantindo a conformidade com o Decreto nº 10.278/2020.

A terceirização da digitalização representa uma solução economicamente viável para a PMPR, eliminando a necessidade de investimentos elevados em equipamentos, treinamentos e infraestrutura.

Se a digitalização fosse realizada internamente, a PMPR teria que arcar com:  
Aquisição de scanners profissionais de alta resolução (R\$ 15.000 – R\$ 100.000/unidade).  
Contratação e treinamento de pessoal especializado.

Implementação de servidores robustos e armazenamento em nuvem.

Manutenção contínua dos equipamentos e softwares.

Ao contratar uma empresa especializada, a PMPR paga apenas pelo serviço contratado, sem a necessidade de gerenciar infraestrutura própria, resultando em redução de despesas operacionais de até 50% (PORTUGAL, 2010).

Empresas especializadas seguem protocolos rigorosos de segurança digital para evitar vazamento de dados e garantir a integridade dos documentos. Algumas medidas incluem: Criptografia avançada para impedir acessos não autorizados.

Backups automáticos para prevenir perda de arquivos.

Controle de acesso por níveis hierárquicos, garantindo que apenas usuários autorizados possam visualizar documentos sensíveis.

Assinatura digital no padrão ICP-Brasil, conforme exigido pelo Decreto nº 10.278/2020.

Os documentos da PMPR incluem dados sigilosos sobre operações policiais, investigações e registros internos. A terceirização garante que essa informação seja



armazenada com segurança, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Empresas terceirizadas utilizam tecnologias avançadas e processos otimizados para digitalizar documentos rapidamente e sem comprometer a qualidade.

O tempo médio de digitalização caso seja realizada internamente pode levar meses ou anos, dependendo da estrutura da PMPR, enquanto a digitalização terceirizada, realizada por empresas especializadas, podem concluir o processo em semanas, devido à alta capacidade operacional.

Outro ponto a ser considerado são os benefícios da automação que possibilitam o uso de software de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), que permite buscas textuais dentro dos documentos, além da automatização do processo de indexação, reduzindo erros humanos, e finalmente a integração com sistemas já utilizados pela PMPR, como bancos de dados e registros administrativos.

Quando elencamos benefícios decorrentes da contratação por empresa terceirizada, não podemos deixar de falar sobre o foco na atividade-fim da PMPR.

A digitalização de documentos não é a atividade principal da Polícia Militar, cujo foco deve ser a segurança pública e a gestão operacional da corporação. Ao terceirizar o serviço, os profissionais da PMPR podem concentrar seus esforços em áreas estratégicas, enquanto especialistas cuidam da digitalização.

Sem a terceirização policiais ou servidores administrativos teriam que ser deslocados para essa função, comprometendo a eficiência da instituição. Com terceirização o serviço é realizado por profissionais qualificados, garantindo maior agilidade e qualidade.

Como última característica vantajosa decorrente da contratação de uma empresa terceirizada para realização da digitalização temos a escalabilidade e suporte técnico especializado.

Empresas terceirizadas têm capacidade de adaptar-se à demanda da PMPR, seja para digitalizar um volume inicial de documentos ou realizar digitalizações contínuas. Além disso, oferecem suporte técnico especializado para atualização dos sistemas e compatibilidade com novas tecnologias, além de dar suporte em caso de falhas ou necessidade de recuperação de documentos. Também é possível a capacitação de servidores para acessar e utilizar os documentos digitalizados.

Assim, se houver necessidade de expandir a digitalização para novas unidades ou atualizar processos, a empresa contratada pode ajustar rapidamente sua capacidade operacional, garantindo que o sistema documental da PMPR acompanhe a evolução tecnológica.

## 5. EXEMPLOS DE SUCESSO

Para ilustrar os benefícios da terceirização da digitalização de arquivos, podemos citar alguns exemplos de sucesso em órgãos públicos:

### **Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP)**

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), considerado o maior tribunal da América Latina, enfrentava desafios significativos na gestão de seu acervo documental, que incluía milhões de processos físicos. Em busca de modernização e eficiência, o TJ-SP implementou um projeto de digitalização de processos judiciais, terceirizando o serviço para uma empresa especializada.

O projeto de digitalização do TJ-SP abrangeu diversas etapas, desde a preparação dos documentos físicos até a criação de arquivos digitais, indexação e disponibilização online. A iniciativa resultou em diversos benefícios para o tribunal e para a sociedade, incluindo:

**Redução do tempo de tramitação dos processos:** A digitalização dos processos judiciais permitiu que advogados, magistrados e servidores tivessem acesso imediato aos documentos, agilizando a análise dos casos e a tomada de decisões.

**Melhora na acessibilidade aos documentos:** Com os processos digitalizados, advogados e cidadãos podem consultar os documentos de forma remota, sem a necessidade de se deslocar até os fóruns.

**Aumento da eficiência na gestão documental:** A digitalização permitiu que o TJ-SP reduzisse o espaço físico ocupado pelos processos em papel, otimizando o armazenamento e facilitando a busca por documentos.

**Maior transparência e controle:** A digitalização dos processos judiciais contribuiu para aumentar a transparência da justiça, já que os documentos passaram a ser acessíveis online.

Segundo informações do próprio TJ-SP, o projeto de digitalização resultou na redução do tempo médio de tramitação judicial em 40% <sup>[1]</sup>. Além disso, a iniciativa

aumentou a acessibilidade aos documentos para advogados e magistrados, que agora podem consultar os processos de forma remota, sem a necessidade de se deslocar até os fóruns [[1]].

A experiência do TJ-SP demonstra que a terceirização da digitalização de arquivos é uma estratégia eficaz para modernizar a gestão documental em órgãos públicos, proporcionando benefícios como agilidade, acessibilidade, eficiência e transparência.

### Receita Federal do Brasil

A Receita Federal do Brasil (RFB) é responsável por administrar os tributos federais e fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias. Para lidar com o grande volume de documentos gerados anualmente, a RFB implementou um projeto de digitalização de declarações fiscais, abrangendo documentos como a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) e a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIPJ).

A digitalização das declarações fiscais da RFB é realizada por meio de um sistema integrado que permite aos contribuintes enviar os documentos de forma eletrônica. Os arquivos digitais são armazenados em bancos de dados seguros, garantindo a integridade e a confidencialidade das informações.

A iniciativa de digitalização da RFB resultou em diversos benefícios para o órgão e para os contribuintes, incluindo:

**Redução de custos com armazenamento físico:** A digitalização das declarações fiscais permitiu que a RFB reduzisse drasticamente os custos com o armazenamento de documentos em papel. Estima-se que a economia gerada pela digitalização seja de R\$ 15 milhões anuais [[1]].

**Agilidade no processamento das declarações:** O envio eletrônico das declarações fiscais agiliza o processo de análise e conferência dos dados, permitindo que a RFB identifique mais rapidamente possíveis inconsistências ou fraudes.

**Melhora na acessibilidade aos documentos:** A digitalização das declarações fiscais permite que os contribuintes consultem seus próprios documentos de forma eletrônica, a qualquer hora e lugar.

**Maior segurança das informações:** Os arquivos digitais das declarações fiscais são armazenados em bancos de dados seguros, protegidos contra perdas, extravios e acessos não autorizados.

A experiência da RFB demonstra que a digitalização de documentos é uma estratégia eficiente para modernizar a gestão documental em órgãos públicos, proporcionando benefícios como redução de custos, agilidade, acessibilidade e segurança.

### **Prefeitura de Curitiba**

A Prefeitura de Curitiba, capital do estado do Paraná, implementou um projeto de digitalização de registros administrativos com o objetivo de modernizar a gestão documental e facilitar o acesso aos documentos para servidores e cidadãos. A iniciativa abrangeu diversos tipos de documentos, como alvarás, licenças, plantas de imóveis e outros registros administrativos.

A digitalização dos registros administrativos da Prefeitura de Curitiba foi realizada por meio de uma parceria com uma empresa especializada, que ficou responsável por todas as etapas do processo, desde a coleta e preparação dos documentos físicos até a criação dos arquivos digitais, indexação e disponibilização online.

A iniciativa resultou em diversos benefícios para a Prefeitura de Curitiba e para a população, incluindo:

**Redução do uso de papel:** A digitalização dos registros administrativos permitiu que a Prefeitura de Curitiba reduzisse drasticamente o consumo de papel, contribuindo para a preservação do meio ambiente e gerando economia de recursos. Estima-se que a digitalização tenha reduzido o uso de papel em 75% [[1]].

**Melhora na acessibilidade aos documentos:** Com os registros administrativos digitalizados, servidores e cidadãos podem consultar os documentos de forma remota, sem a necessidade de se deslocar até os órgãos públicos. Isso agiliza o acesso à informação e facilita a realização de diversos serviços.

**Otimização da gestão documental:** A digitalização dos registros administrativos permitiu que a Prefeitura de Curitiba organizasse e indexasse seus

documentos de forma mais eficiente, facilitando a busca e a recuperação de informações.

**Maior transparência e controle:** A disponibilização online dos registros administrativos contribuiu para aumentar a transparência da gestão pública, já que os cidadãos podem ter acesso aos documentos de forma rápida e fácil.

A experiência da Prefeitura de Curitiba demonstra que a digitalização de documentos é uma estratégia eficaz para modernizar a gestão documental em órgãos públicos, proporcionando benefícios como sustentabilidade, acessibilidade, eficiência e transparência.

## 6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica evidente que a digitalização de arquivos é um passo crucial para a modernização da gestão documental na Polícia Militar do Paraná (PMPR). A contratação de uma empresa especializada em digitalização de arquivos apresenta-se como a solução mais eficiente e segura para a PMPR, garantindo a qualidade dos serviços, a segurança da informação e o cumprimento das normas técnicas e legais.

Os benefícios da terceirização da digitalização de arquivos são inúmeros, incluindo a expertise técnica e a garantia de qualidade dos serviços, a redução de custos e a otimização de recursos, a segurança da informação e a conformidade legal, a rapidez na execução e o aumento da eficiência operacional, o foco na atividade-fim da PMPR, a escalabilidade e o suporte técnico especializado.

A PMPR, ao optar pela terceirização da digitalização de arquivos, poderá modernizar sua gestão documental, otimizar seus processos, reduzir custos, aumentar a segurança da informação e garantir o cumprimento das normas legais. Além disso, a instituição poderá concentrar seus esforços em sua atividade-fim, que é a segurança pública, deixando a digitalização de arquivos para profissionais especializados.

Recomenda-se que a PMPR elabore um plano de digitalização detalhado, que contemple o escopo do projeto, os objetivos, os requisitos técnicos, os critérios de seleção da empresa, o processo de contratação, a gestão do contrato e os indicadores de desempenho. É fundamental que a PMPR siga um processo de contratação

transparente e rigoroso, garantindo a igualdade de condições entre os concorrentes e a escolha da empresa mais qualificada.

Acreditamos que a digitalização de arquivos é um investimento estratégico para a PMPR, que permitirá que a instituição aprimore seus serviços, fortaleça sua atuação na sociedade e cumpra sua missão de forma mais eficiente e transparente.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. *Diretrizes para a gestão de documentos eletrônicos*. Brasília, 2023.

ABNT. NBR ISO 15489-1:2006. *Gestão de documentos - Parte 1: Generalidades*. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 15489-1:2006. *Gestão de documentos - Parte 1: Generalidades*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 27912:2020. *Digitalização e preservação digital - Requisitos e diretrizes*.

BRASIL. Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta a digitalização de documentos públicos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta a digitalização de documentos públicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

EUROPEAN COMMISSION. *Model Requirements for the Management of Electronic Records (MoReq2)*. Brussels, 2008.

FROHLICH, C. J.; KACHEN, C. Digitalização e preservação digital: abordagens teóricas e práticas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, p. 9-32, 2010.

GONÇALVES, José Francisco de Senna; MARTINS, Márcio de Oliveira. *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 30300:2011. Information and documentation – Management systems for records.

LGPD. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

MACHADO, Felipe. Transformação digital: repensando o seu negócio para a era digital. São Paulo: Novatec, 2018.

PORTUGAL, Luiz Cláudio Borges de. Gestão de documentos e arquivos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

SOUZA, Carlos Alberto. Gestão eletrônica de documentos: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2017.

Tribunal de Justiça de São Paulo. Página Institucional. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/>

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. DoD 5015.2-STD. Electronic Records Management Program. Washington, DC, 2007.

SERPRO. História de sucesso: Receita Federal. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/menu/contato/cliente/duvidas-mais-frequentes/receita-federal>